

FILIADO À **FASUBRA**
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

GESTÃO
2022-2025
13/11/2024
45/2024

HOJE TEM ASSEMBLEIA GERAL, ÀS 12h, NA PRAÇA DA PAZ!

O STU convoca todos/as em regime de urgência, a participar **HOJE (13), às 12h, da Assembleia Geral, na Praça da Paz.**

Recentemente, a Unicamp foi alvo de uma denúncia anônima no MP (Ministério Público do Estado de São Paulo), alegando abuso do poder econômico com o dinheiro do contribuinte e impropriedades na concessão de benefícios aos/as trabalhadores/as. Mas essa denúncia está equivocada porque ignora o contexto econômico e o histórico de negociações.

A DENÚNCIA DO MP NÃO SUSPENDE A NEGOCIAÇÃO QUE FOI CONQUISTA DO STU/ADUNICAMP. E ataca crucialmente nossos direitos. O denunciante não se atentou para o fato de nossa Pauta de Reivindicações Específicas 2024 ainda não ter sido encerrada e faz parte de um diálogo para recuperar anos de defasagem salarial e falta de valorização.

É importante reforçar: **AJUSTE SALARIAL E NOS BENEFÍCIOS SÃO DIREITOS BÁSICOS DOS/AS TRABALHADORES/AS**, especialmente frente à inflação, corrosiva para nosso poder de compra.

Direitos como a auxílio-alimentação, vale refeição e até o futuro auxílio-saúde, previsto para 2025, têm um papel essencial na sobrevivência de quem constrói a excelência da Unicamp, instituição reconhecida pela sua importância, mas com condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Ao longo dos anos, tanto o Fórum das Seis e o Cruesp, quanto o STU e a reitoria, têm retomado as discussões salariais no 2º semestre, com o objetivo de reavaliar a capacidade financeira da universidade.

Esta prática reflete a necessidade de um ajuste realista e responsável, levando em conta as projeções financeiras. Não é incomum essa pauta se estender de outubro até o final do ano, para o orçamento ser revisto e para preservação do poder de compra dos/as trabalhadores/as.

UNICAMP: A PRIMA POBRE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

A defasagem salarial e de benefícios da Unicamp em comparação com a USP e Unesp são significativas. E a busca pela isonomia é uma luta justa e histórica para nós, que temos ficado para trás em termos de salários e auxílios.

O fato da Unicamp possuir uma carreira e benefícios mais defasados é uma triste realidade. Isso apenas reforça a necessidade urgente de mais investimento, ainda mais quando sabemos que a Universidade acumula uma reserva financeira de R\$ 1.7 bilhão.

Salários e benefícios serão reajustados ao longo do ano sempre quando o contexto econômico exigir, e essa é uma prerrogativa pela qual vamos lutar até o fim para manter.

Em particular, o auxílio-saúde é uma demanda muito aguardada. E a ideia de excluir os/as aposentados/as ignora o impacto real da inflação e o direito à melhoria nas condições de vida dessa categoria.

A denúncia não considera as consequências da suspensão para os/as trabalhadores/as, que já enfrentam dificuldades e condições de trabalho cada vez mais difíceis.

Recebemos a notícia que o Promotor de Justiça solicitou explicações à reitoria, que ficou de respondê-lo. Não sabemos se o reitor vai aproveitar a situação para fugir, mais uma vez, e voltar atrás no compromisso feito à categoria. Mas não vamos arredar o pé!

Se há algo injusto não é o fato de discutir melhorias em um contexto de urgência e, sim, a falta de ação de valorização de quem faz da Unicamp uma universidade modelo. Venha ao meio dia para a Praça da Paz decidir sobre os rumos da nossa mobilização, temos muito pelo que lutar!

STU PROPÕE NOVAS AÇÕES PARA PRESSIONAR O REITOR

Nossa mobilização garantiu avanços, mas ainda há muito a conquistar. A proposta apresentada pela reitoria é insuficiente diante das reais necessidades da categoria e dos recursos que a Unicamp possui.

Reivindicamos o abono/prêmio de R\$ 10 mil (2023) e R\$ 9 mil (2024), já pagos pela USP, e a inclusão dos/as aposentados/as, que foram, mais uma vez, excluídos/as pela reitoria.

Tom Zé se comprometeu a manter o diálogo, mas até agora tem evitado a categoria. Nesta assembleia, vamos debater a proposta da diretoria do STU, de construir uma **PARALISAÇÃO para os próximos dias.**

Precisamos garantir que o reitor cumpra seu compromisso de retorno à mesa para discutir nossas demandas. Participe da assembleia e chame os/as colegas de trabalho, vamos decidir sobre assuntos cruciais para nós.

TODOS/AS À ASSEMBLEIA, HOJE AO MEIO DIA, NA PRAÇA DA PAZ!

Em caso de chuva, a assembleia acontecerá na sede do STU

Reunião técnica entre Fórum e Cruesp, em 29/11, vai discutir cenário econômico e arrecadação

A pedido do Fórum das Seis, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) agendou uma reunião técnica para o dia 29/11, às 10h. Após a última, realizada em 13/9, o cenário de arrecadação do ICMS, imposto do qual derivam os recursos para Unesp, Unicamp e USP, segue em alta. A previsão da Secretaria da Fazenda do estado para a quota-parte do estado (ICMS-QPE) em 2024 (R\$ 154,5 bilhões) já foi atualizada para R\$ 164,5 bilhões, podendo ultrapassar esse montante.

Outro fato importante a ser debatido é o conteúdo do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa em 30/9. A previsão para o ICMS-QPE de 2025 é de R\$ 181,886 bilhões, já descon-



Última reunião técnica aconteceu em setembro

tados os valores do programa habitacional. Mesmo com o desconto (considerado indevido pelo Fórum das Seis), esse montante é 17,5% maior que a estimativa inicial para 2024 e cerca de 10,5% superior ao valor final previsto para este ano.

Diferentemente do que vêm ale-

gando os reitores para negar a reabertura das negociações neste segundo semestre, de que não haveria ‘fato novo’ que a justificasse, os dados mostram o oposto.

É importante lembrar que os reitores previam fechar o ano em R\$ 157 bi quando concederam reajuste de 5% na data-base 2024, na única negociação, realizada em 16/5. Demandas importantes da comunidade, como o avanço na reposição das perdas para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012 – faltam 13,18% para isso –, a permanência estudantil, as condições de trabalho e estudo, entre outras, ainda precisam ser discutidas.

LOA 2025: Parlamentares apresentam emendas voltadas ao funcionalismo e aos serviços públicos

Projeto do governo Tarcísio estipula R\$ 76,5 bilhões em renúncias fiscais

O prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei (PL) 712/2024, que contém a proposta de lei orçamentária anual (LOA) do governo do estado para 2025, encerrou-se em 30/10/2024. É na LOA que o Executivo apresenta a previsão geral da arrecadação de tributos para o próximo ano e, com base nos percentuais já definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2025), estabelece os valores destacados para todos os setores do serviço público. Para as universidades estaduais paulistas, a LDO/2025 prevê a manutenção dos 9,57% da cota-parte do estado no ICMS (ICMS-QPE).

O valor total orçado para receitas e despesas na LOA/2025 é de R\$ 372,5 bilhões; destes, R\$ 181,886 bi correspondem ao ICMS-QPE, sobre o qual são calculados os recursos para as universidades.

O Fórum das Seis encaminhou um texto com recomendações básicas sobre a

LOA/2025, destinado aos/às parlamentares identificados com o funcionalismo e com os serviços públicos. Uma delas diz respeito à Fapesp (que lhe seja garantida a aplicação de 1% da receita, conforme Constituição Estadual, pois o governo aprovou na Alesp a possibilidade de desvinculação de até 30% do orçamento do órgão). Também é citada a necessidade de financiamento adequado ao Iamspe e ao Centro Paula Souza. O texto ainda alerta para o aumento das renúncias fiscais e para o aumento de verba para comunicação (mais 15%) e alienação de bens (com R\$ 2 bilhões provenientes de venda de imóveis públicos).

Estudo elaborado pela assessoria do PT na Alesp mostra que o montante de renúncias fiscais (impostos que o governo abre mão de receber) para 2025 é de R\$ 76,5 bi, o que corresponde a 16,7% acima do previsto para 2024. Outro dado

que se destaca no projeto de LOA/2025 é o baixo crescimento (2,7%) para a educação, aí embutido um valor de R\$ 999,5 milhões para a privatização da gestão de escolas estaduais via PPP (leia mais sobre isso na matéria “Passada a eleição, aumenta o saco de maldades do governo Tarcísio”).

Parlamentares identificados com os serviços públicos (do PT, PSOL e PC-doB) apresentaram várias emendas voltadas ao funcionalismo (reajuste salarial, aumento nos benefícios etc.) e aos serviços públicos (educação, saúde, transporte, Iamspe, universidades estaduais, Centro Paula Souza e outros). Há emendas destinadas à construção de moradia nas universidades, aos hospitais universitários, à capacitação de servidores/as, à Fapesp, ao Iamspe, entre outras.

Obs.: Encerrado o prazo para as emendas, o PL 712/2024 seguiu para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), que tem 30 dias para a apresentação do relatório final. A votação em plenário deve ocorrer a partir da segunda semana de dezembro.



Passada a eleição, aumentam os ataques do governo Tarcísio à educação e à ciência

PEC 9, que reduz recursos para a educação de 30% para 25% das receitas, pode ser votada a qualquer momento. E tem a privatização da gestão de escolas estaduais, a venda de área de pesquisa em Campinas, a militarização... entre outros

Bombas de gás, *spray* de pimenta, cassetetes e muita violência. Foi assim que a polícia tratou as e os estudantes e trabalhadores que faziam uma manifestação pacífica em 4/11/2024, nas imediações da Bolsa de Valores de SP, onde ocorreria mais um leilão de privatização da gestão de escolas estaduais. O primeiro havia sido feito em 28/10, quando foram entregues à iniciativa privada a construção e gestão de 17 escolas estaduais; o lote foi arrematado pelas empresas Engeform/Consolare, que já ganhou do governo municipal paulista a administração de sete cemitérios! No segundo leilão, ganho por um consórcio especializado em construção de rodovias (o Consórcio SP + Escolas, liderado pela empresa Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.), foram 16 escolas. Ambos os contratos devem render aos arrematadores cerca de R\$ 7 bilhões ao longo de 25 anos, valor destinado à construção e manutenção das escolas.

A entrega de soma tão vultosa à iniciativa privada é apenas uma das investidas do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) contra os serviços públicos.

Educação é alvo preferido

Passadas as eleições municipais, a base governista na Assembleia Legislativa já colocou para votação em plenário a proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023, que corta recursos da educação, enviada pelo governador no final de 2023 e já aprovada em todas as comissões. Ela prevê a redução dos investimentos em educação pública dos atuais 30% para 25% das receitas do estado, o que significará uma redução de cerca de R\$ 10 bilhões anuais do setor, em valores atuais, corte que afetaria a rede estadual, as ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, e também, as universidades estaduais. No momento de fechamento deste boletim, em 6/11, parlamentares de oposição e entidades sindicais e estudantis alertavam para a possibilidade de votação a qualquer momento e convocavam manifestações para a Alesp.



Manifestação durante leilão de escolas na Bolsa de Valores de SP, em 4/11

(Fotos: Frente Paulista em Defesa do Serviço Público)

Outra prioridade do governo Tarcísio, o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo, está suspenso por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que deve julgar duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas contra a lei estadual que instituiu o programa nas escolas públicas estaduais e municipais de educação básica. As ADIs 7662 e 7675 foram propostas, respectivamente, pelo PSOL e pelo PT, que defendem tratar-se de um modelo de ensino sem respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal 9.394/1996), ao prever a presença de policiais militares em atividades escolares. Os partidos também sustentam que o programa estabelece “verdadeiro projeto de militarização da escola civil”, desvirtua as atribuições previstas constitucionalmente para a Polícia Militar e afronta a gestão democrática do ensino público.

Em outra frente de ataques à educação, o deputado Leonardo Siqueira (Novo) apresentou na Alesp, em setembro, o PL 672/2024, propondo a cobrança de mensalidades nas estaduais paulistas. Repudiado amplamente, por enquanto o projeto não tem previsão de ir à votação.

Ataque à ciência e à pesquisa: Tarcísio, tire as mãos da Fazenda Santa Elisa

Considerado referência internacional na pesquisa do café, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), órgão do estado de São Paulo, corre o risco de per-

der uma parte de sua área. O governador Tarcísio de Freitas anunciou a intenção de vender cerca de 70 mil metros quadrados da Fazenda Santa Elisa, que abriga o IAC. A notícia gerou revolta no meio científico e sindical, pois representa um ataque ao setor: em vez ampliar recursos e fortalecer a

pesquisa, o governador negacionista quer fatiar e distribuir à iniciativa privada o patrimônio público.

A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) divulgou nota repudiando a venda e ressaltando que a fazenda concentra o maior banco de germoplasma de café do Brasil, um dos principais do mundo. A área experimental reúne cerca de cinco mil ‘acessos’, que são plantas de diferentes tipos de café, muitos considerados raros e em extinção. Germoplasma é um conjunto de amostras cujo objetivo é conservar material genético, tanto de plantas quanto de animais.

“Esta fazenda experimental é um patrimônio incomensurável do Estado de São Paulo, que precisa ser defendida não apenas por cafeicultores, que dependem destas pesquisas para seguir produzindo cada vez melhor, mas por todos os cidadãos brasileiros que zelam pela ciência e, principalmente, pela sociedade paulista que evoluiu e se fortaleceu no país a partir da cultura do café”, diz a nota da APqC.

O Fórum das Seis repudia mais esta investida privatista contra a ciência pública e junta-se às entidades sindicais e científicas contra a venda da Fazenda Santa Elisa.

Reforma tributária e financiamento das universidades estaduais

Com o advento da reforma tributária, aprovada no Congresso Nacional em dezembro passado (EC 132/2023), o for-

mato atual de financiamento para Unesp, Unicamp e USP (9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS) terá que mudar. O ICMS será extinto e, em seu lugar, será criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo imposto começará a vigorar progressivamente a partir de 2026, até substituir plenamente o ICMS.

O percentual do ICMS-QPE – base de cálculo para os orçamentos da Unicamp, Unesp e USP – não consta na Constituição Estadual, mas está previsto no Decreto nº 29.598/1989, que estabeleceu a autonomia das três universidades no

início de 1989. Na época, o índice era de 8,4% e foi subindo nos anos seguintes, por conta das mobilizações da comunidade acadêmica, até chegar ao percentual atual de 9,57%, ainda insuficiente dado o crescimento das universidades estaduais desde o início dos anos 2000.

Com o fim do ICMS, é com o governo Tarcísio que deverá ser negociado um novo parâmetro de financiamento para as universidades estaduais paulistas. A comunidade acadêmica deve se preparar para defender a autonomia e o financiamento adequado para as estaduais paulistas.



O Fórum das Seis já realizou dois debates sobre o tema, em 25/6/2024

(<https://tinyurl.com/debateF6>)

e em 19/9/2024

(<https://bit.ly/f6deb190924>).

O GT Verbas realizou estudo sobre o tema e defende a proposta de 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) para o cálculo de repasse para as universidades (confira em <https://bit.ly/refribuep>).

“A quem interessa a militarização das escolas públicas?” é tema do debate em 13/11

O Grupo de Trabalho de Educação da Adusp promoverá, no dia 13/11, às 15h, no Auditório Adma Jafet, do Instituto de Física (IF), um debate sobre a militarização das escolas públicas.

A mesa será composta pela professora Catarina de Almeida Santos, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação-RePME; pelo professor Fernando Cássio Silva, da Faculdade de Educação da USP (FE) e pesquisador da Rede Escola Pública e Universidade-REPU; e por Leandro Alves Oliveira, secretário geral de Organização da Apeoesp e coordena-

dor do Fórum Estadual de Educação de São Paulo.



**A QUEM INTERESSA
A MILITARIZAÇÃO DAS
ESCOLAS PÚBLICAS?**

**13/11/24, quarta, das 15 às 18 horas,
no Aud. Adma Jafet (Instituto de Física-USP)**

Participantes

- **Fernando Cássio** (Docente da Faculdade de Educação - USP; pesquisador da Rede Escola Pública e Universidade - REPU)
- **Catarina de Almeida Santos** (Docente da UnB, Rede Nacional de Pesquisa sobre militarização da Educação - RePME)
- **Leandro Alves Oliveira** (Secretário Geral de Organização da Apeoesp, Fórum Estadual de Educação de São Paulo)





com transmissão
pelo canal da Adusp
no YouTube

Fórum das Seis saúda o Congresso de Estudantes da Unesp!

Reconstrução do DCE amplia unidade em defesa da universidade pública e dos nossos direitos

O Fórum das Seis saúda os/as representantes no Congresso de Estudantes da Unesp – CEU, nos dias 9 e 10 de novembro de 2024, na Faculdade de Ciências e Letras, campus da Unesp em Araraquara.

A atividade, com cerca de 600 participantes previstos/as, tem como pauta a reconstrução do Diretório Central dos Estudantes (DCE), desarticulado há quase duas décadas. Certamente, a retomada do funcionamento da entidade vai ampliar ainda mais as lutas e a organização do segmento estudantil da Unesp, que esteve ativo em todos estes anos.

O Fórum das Seis deseja a todos, todas e todes uma excelente

atividade, que tenha como fruto o fortalecimento da unidade entre os três segmentos, em defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada nos interesses da maioria da população.

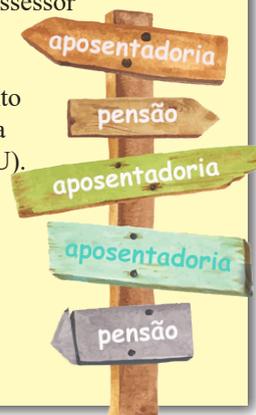


Estudantes da Unesp durante ato do Fórum das Seis em 16/5/2024

Fórum das Seis fará debate sobre previdência em 28/11

“Aposentadorias/pensões: Impactos das contrarreformas da Previdência” é o tema do debate que o Fórum das Seis realizará no dia 28/11, às 16h, na USP. Na mesa, já está confirmada a presença de Fernando Lima (Supervisor Técnico do Dieese/SP) e de André Martins Biancarelli (professor do Instituto de Economia da Unicamp e assessor docente da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário da Unicamp-PRDU).

Mais detalhes em breve.



Acesse este boletim online aqui

